



Ata nº 05/2024

Ao décimo dia do mês de julho, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Canela (CMAS) e a Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação (SMADSCH), Bárbara Borges, para reunião ordinária, tendo a seguinte ordem do dia: Eleição do presidente e vice-presidente do conselho e Aprovação da LDO 2025. A reunião iniciou com o presidente do CMAS, Maicon Moura, que explicou estar como presidente interino desde a saída de Rose, ressaltando a necessidade de definir um novo presidente e vice para o conselho. Maicon expressou que não tinha interesse em permanecer no cargo. Ele mencionou que a presidência vinha sendo preenchida alternadamente entre o Centro Social Padre Franco e o Governo, com a intenção de manter a paridade e garantir a representação de todos os segmentos. Maicon questionou se alguém gostaria de assumir o cargo, porém não houve manifestação. Ele então sugeriu a possibilidade de nomear outro presidente interino. Destacou que a discussão refletia o que era comentado em todas as reuniões sobre a falta de efetividade do conselho, devido à ausência de participação das entidades governamentais, exceto pela secretaria de assistência social e a secretaria de saúde, cuja representante, Mônica, não participava apenas eventualmente. Ressaltou que essa situação era complicada, pois, especificamente nesta reunião, a eleição não poderia ser realizada devido à falta de efetividade, o que também dificultava o processo institucional em geral. Maicon abriu o diálogo com os conselheiros, mencionando que em breve indicaria outra pessoa para a representação da instituição junto ao CMAS e que, de qualquer forma, teria que haver eleição. Informou que, caso os conselheiros desejassem, ele se prontificaria a permanecer até a nomeação de outro representante do Centro Social. A conselheira Valquíria, representante do CRAS Canelinha, questionou sobre o prazo a ser cumprido. Maicon informou que não havia um prazo estabelecido e que estava como presidente interino desde a saída de Rose. Ele comentou que não se recordava se o fórum aconteceria naquele ano, mas que, com a saída de Tássia, seria necessário pensar em organizar o fórum para convocar novamente as entidades, usuários e trabalhadores. Concluindo, Maicon questionou novamente se

alguém teria interesse em assumir a presidência interina; caso contrário, ele poderia permanecer no cargo até que o Centro Social Padre Franco, como instituição, indicasse outra pessoa para representá-lo no conselho. Bárbara Borges, diretora financeira da SMADSCH, considerou importante haver mais membros para realizar a votação. Ela sugeriu agendar uma nova reunião e que os conselheiros recebessem uma ligação para reforçar a importância de suas presenças. Sendo assim, Maicon assentiu em deixar a eleição para uma próxima reunião, ordinária ou extraordinária, e concluiu que seguiria como presidente interino até essa nova ocasião, complementando acreditar que provavelmente não ocorreria no mês de julho, porque logo virá o recesso, situação em que as pessoas não participam também. Concluída então essa pauta, ele questionou se Bárbara gostaria de iniciar a apresentação. A diretora financeira iniciou a reunião ressaltando que já havia encaminhado as planilhas no grupo do conselho no WhatsApp desde segunda-feira, permitindo que os conselheiros tivessem conhecimento do conteúdo. Bárbara expôs que acreditava não haver necessidade de revisar programa por programa, pois eram os mesmos dos últimos anos e informou que não houve nenhuma alteração nesse sentido. Em seguida, sugeriu que fosse discutida a questão das fiscalizações da previsão de recursos, colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas ou ouvir considerações dos conselheiros. Maicon se pronunciou relatando que tinha uma única questão a levantar, destacando que todos estavam cientes de que se tratava de um ano eleitoral e que, após as eleições, muitas coisas poderiam mudar com a troca de prefeito. Ele questionou se havia sido criado um programa específico para emergências, como as chuvas torrenciais que ocorreram este ano. Maicon reconheceu a existência de protocolos para situações de calamidade e a consequente mudança de planos, mas perguntou sobre a existência de um plano específico para emergências. Ressaltou que sabia da existência dos programas emergenciais de distribuições, mas gostaria de saber se seria pertinente criar um programa específico para emergências. Bárbara respondeu que a providência tomada nesse sentido foi a criação do Fundo da Defesa Civil, com toda a estruturação orçamentária já realizada. Em situações como as chuvas torrenciais e outros desastres, tudo será gerido via Defesa Civil, vinculada à Secretaria da Governança, ficando assim no orçamento da Governança. Ela explicou que, por exemplo, as despesas com as pessoas abrigadas no momento, sejam em pousadas, hotéis ou casas, serão todas cobertas por esse fundo. A secretaria realiza todo o trâmite administrativo, mas a dotação orçamentária é retirada do Fundo da Defesa Civil dentro do orçamento da Governança. A conselheira Carina, representante da Casa Lar, apresentou dúvidas sobre informações relacionadas ao Conselho Tutelar, destacando os recursos

intitulados "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física" no valor de R\$ 48.000,00 e "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" no valor de R\$ 10.000,00. Bárbara esclareceu que o valor destinado a "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física" refere-se à locação do prédio do Conselho Tutelar, que é alugado de uma pessoa física. Quanto ao valor destinado a "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", é reservado para despesas eventuais, como manutenções ou serviços necessários, prestados por pessoas jurídicas. Bárbara também explicou que, em geral, os serviços de terceiros em programas envolvendo pessoas físicas normalmente correspondem a valores de locação de imóveis direto com o proprietário. Maicon questionou se na LDO foi prevista a contratação de mais servidores. Foi respondido que havia previsão para a contratação de um advogado, por meio de concurso público. Maicon também perguntou se havia previsão para a contratação de uma assistente social e foi esclarecido que esse caso ficaria dentro dos contratos já existentes. Foi explicado que os contratos vigentes encerrariam até o final do ano, sendo necessário contratar novos colaboradores ou realizar concurso, e que essa previsão já estava feita. Encaminhando a reunião para o final, Maicon expressou sua concordância com a LDO 2025, manifestando que acreditava estar tudo certo e questionou aos conselheiros se também aprovavam. Houve concordância total e a LDO 2025 foi aprovada. Encerrando, Maicon perguntou se o Secretário da Assistência, Arthur Pacheco, havia respondido ou dado algum tipo de retorno a respeito do Ofício número 12/2024 da Comissão Mista CMAS e CMHIS. Mauren Felix, secretária administrativa dos Conselhos da Assistência, respondeu que não havia recebido nenhum retorno do secretário, mas que perguntaria a ele a respeito de sua resposta. Sem mais para registrar, foi redigida esta ata.

Maicon Moura

Presidente interino do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social